

RESPOSTAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2026

OBJETO: a concessão da implantação, operação, gestão, manutenção e realização dos investimentos necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Andradadas/MG, nos termos das características e especificações técnicas detalhadas no edital, contrato e respectivos anexos, para toda a área urbana da Sede do Município de Andradadas-MG, os distritos Campestrinho e Gramínea e os aglomerados São José da Cachoeira e Bairro Óleo.

A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, designada por meio do Decreto Municipal nº 3.442, de 12 de março de 2026, no uso de suas atribuições, apresenta a resposta ao 5º pedido de esclarecimento solicitado por interessado, em conformidade com o previsto no edital de concessão. O esclarecimento prestado integra o conteúdo do EDITAL como se nele estivesse transcrito:

Número do esclarecimento	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
1	Item 25.17 do Anexo I- Contrato de Concessão, Anexo III- Indicadores de	Considerando a previsão expressa no item relativo ao início da cobrança aos usuários: “A CONCESSIONÁRIA somente poderá efetuar a cobrança dos USUÁRIOS, referente à tarifa de esgotamento sanitário, após o início da prestação do serviço e a	Caso a concessionária opte por adiantar o início da prestação do serviço e implantação da coleta e tratamento completo (tratamento preliminar, primário e secundário) do esgoto da economia, esta poderá efetuar a cobrança do respectivo USUÁRIO, referente à tarifa de esgotamento sanitário, nos termos da cláusula 25.17 do contrato. Caso ocorra a antecipação, deverá também ser antecipada a aplicação dos indicadores de desempenho pertinentes (ITE –

	<p>desempenh o e Anexo IV- Caderno de Encargos da Concessão</p>	<p>implantação da coleta e do tratamento completo (tratamento preliminar, primário e secundário) do esgoto da economia”;</p> <p>Considerando a ausência de previsão de metas intermediária para o serviço de esgotamento sanitário até o ano 6, conforme o Anexo II – Indicadores de Desempenho; e</p> <p>Considerando o disposto no Anexo IV, item 4.42 – Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (PDE), questiona-se:</p> <p>No âmbito da apresentação do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (PDE) exigido no Anexo IV, será admitida a proposição de cronograma de implantação inferior ao prazo de seis anos indicado?</p> <p>Em outras palavras, será permitida a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário antes do ano 6, desde que tal antecipação esteja prevista no PDE da concessionária e condicionada à plena conclusão das obras e ao início efetivo da prestação dos serviços, ainda que em prazo anterior ao estabelecido no Anexo III – Indicadores de</p>	<p>Indicador de Tratamento de Esgoto, IRE - Indicador de Reclamação de Esgoto, IIE – Indicador de Intermittência de Esgoto e IDE – Indicador de Duração dos Extravasamentos), para atendimento da meta referente ao ano 7 durante o período antecipado, nos termos do Anexo III – Indicadores de Desempenho.</p>
--	---	--	--

		Desempenho?	
2	Anexo III- Indicadores de desempenho e Anexo IV- Rota Tecnológica do Sistema de Abastecimento de água- Sede Municipal	Considerando o descrito no Anexo IV como proposta para o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da Sede, na qual se observa redução da capacidade de reservação em comparação ao sistema atual; considerando, ainda, o disposto na fórmula do Indicador de Capacidade de Reservação (ICR) e no Anexo I – Projeção de Demanda do Sistema de Abastecimento de Água – Sede, solicita-se, com vistas a conferir maior transparência ao certame, a apresentação da memória de cálculo de todos os indicadores previstos no item 4.1 do Anexo III, contemplando ambos os sistemas, SAA e SES.	<p>Conforme o Diagnóstico Técnico, a Sede possui 19 reservatórios em operação, com volume total de 4.835 m³ de reservação. Considerando as melhorias e adequações previstas nos estudos referenciais, o volume atualizado de reservação da Sede passaria a ser de 4.175 m³. O Estudo de Engenharia apresenta o volume mínimo requerido para atendimento da demanda projetada ao fim do horizonte de 30 anos, estimado em 3.995 m³. Esse volume considera as premissas do Anexo I – Projeção de Demanda do Sistema de Abastecimento de Água – Sede, dos estudos referenciais, especialmente a evolução do índice de perdas na distribuição, com alcance de 20% no ano 30 da concessão. A atualização do volume de reservação para 4.175 m³ garante a capacidade mínima projetada. A diferença apontada não caracteriza redução da reservação, mas a atualização da infraestrutura considerada nos estudos referenciais, considerando que as premissas de eficiência operacional e redução de perdas serão cumpridas.</p> <p>O Anexo Rota Tecnológica Água integra os estudos referenciais e não possui caráter vinculante, ou seja, outras premissas podem ser adotadas pelos proponentes, desde que observem as exigências estabelecidas no edital, no contrato de concessão e em seus anexos. Em relação aos indicadores de desempenho, esclarece-se que o Anexo III – Indicadores de Desempenho apresenta a indicação da fonte dos dados e da forma de cálculo de cada indicador.</p>

3	Itens 3.1.10 e 3.1.11 do Edital	<p>De acordo com o item 3.1.10, o Edital é regido pela Lei Municipal nº1.836/2017 que, por sua vez, estabeleceu a Política Municipal de Saneamento (PMSB). Os artigos 14 e 15 da referida lei municipal estabelecem que o PMSB deve ser revisado a cada 4 anos. De acordo com o item 3.1.11, o Edital também é regido pela Lei Municipal nº 1.937/2020, que revisou o PMSB.</p> <p>Dessa forma, indaga-se: houve atualização do PMSB posterior a 2020? Em caso positivo, informar o ato de aprovação (Decreto, Resolução, Lei Municipal ou outro).</p>	<p>Não. O Plano Municipal de Saneamento Básico vigente foi indicado no preâmbulo do Edital: “O <i>Plano Municipal de Saneamento Básico</i> pode ser acessado no endereço eletrônico: https://www.andradas.mg.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/publica/124-pmsb-versaoconsolidada-16.12.2019(1).pdf.”</p> <p>Acrescenta-se que a Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, alterou o prazo máximo para revisão dos planos de saneamento básico de 4 para 10 anos, conforme redação atual do §4º do art. 19 da Lei federal nº 11.445/2007.</p>
4	Item 5 do Edital	<p>Sobre a área da Concessão, indaga-se se ela engloba todos os: (i) aglomerados rurais com mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em um raio de até 100 metros; e (ii) condomínios rurais instituídos pela Lei Municipal nº 1.745/2016.</p>	<p>Sim. Conforme disposto no Caderno de encargos, a ÁREA DA CONCESSÃO é o “<i>conjunto das áreas abrangidas pela concessão, incluindo o perímetro urbano da sede municipal, os distritos de Campestrinho e Gramínea, bem como os aglomerados do bairro Óleo e de São José da Cachoeira. Adicionalmente, integram a área de abrangência dos serviços concedidos os aglomerados rurais caracterizados pela existência de mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em um raio de até 100 (cem) metros, conforme disposto na legislação municipal aplicável.</i>”</p>

			<p>Importante destacar que o edital prevê expressamente, em seu item 3.1.12, a aplicação da Lei municipal nº 1.919/2019, a qual determina e seu art. 2º:</p> <p><i>“Art..2º - Constitui objeto da concessão a prestação dos serviços públicos de água e esgoto na extensão de todo o perímetro urbano da sede do Município de Andradas, bem como dos perímetros urbanos dos Distritos do Campestrinho, Distrito da Gramínea e conglomerados dos bairros do Óleo e São José da Cachoeira. (Redação dada pela Lei nº 2000/2021)</i></p> <p><i>§ 1º Além dos perímetros urbanos mencionados no caput deste artigo, também fazem parte da concessão os aglomerados rurais com mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em um raio de até 100 metros.</i></p> <p><i>§ 2º Os condomínios rurais, instituídos pela Lei Ordinária Municipal nº 1.745/2016, também compõe a presente concessão, devendo ser definido pela concessionária o melhor modelo de abastecimento de água e tratamento de esgoto no momento da emissão das diretrizes para projeto de construção dos empreendimentos, com anuência do Município. (Redação dada pela Lei nº 2060/2022)“.</i></p>
--	--	--	---

Andradas, Minas Gerais, 27 de maio de 2026.

Claudio Junior Araújo
Membro da Comissão Julgadora